

A modern glass building facade with a grid of windows, set against a clear blue sky. The building is on the left side of the image, and the sky occupies the right side. There are some palm trees at the bottom of the frame.

softplan

**Softplan Planejamento e
Sistemas S/A**
**Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas**

31 de dezembro de
2022 e 2021



Informações da Companhia

Razão Social: Softplan Planejamento e Sistemas S/A

CNPJ: 82.845.322/0001-04

NIRE: 42201364691

Código CVM: 917531

Avenida Luiz Boiteux Piazza, 1302, Lote 89

Cachoeira do Bom Jesus

CEP 88.056-000 – Florianópolis / SC



Conteúdo.

Informações da Companhia	2
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	Error! Bookmark not defined.
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações do resultado	11
Demonstrações do resultado abrangente	12
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa	14
1 Notas explicativas às demonstrações financeiras	15
1 Contexto operacional	15
2 Base de preparação e mensuração	16
3 Principais políticas contábeis	17
4 Movimentações societárias	28
5 Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	30
6 Contas a receber de clientes	31
7 Impostos a recuperar	32
8 Outros créditos	33
9 Bancos conta vinculada (controladora e consolidado)	33
10 Investimentos (controladora)	34
11 Imobilizado	36
12 Intangível	38
13 Empréstimos e financiamentos	41
14 Fornecedores	43
15 Obrigações e provisões trabalhistas	43
16 Obrigações tributárias	44
17 Obrigações por aquisição de investimentos	44
18 Provisão para contingência	45
19 Partes relacionadas	46
20 Patrimônio líquido	47
21 Receita operacional líquida	48

22	Custos dos serviços prestados	49
23	Despesas com vendas	49
24	Despesas gerais e administrativas	49
25	Outras receitas operacionais	50
26	Outras despesas operacionais	50
27	Resultado financeiro líquido	50
28	Imposto de renda e contribuição social	51
29	Benefícios fiscais	52
30	Eventos subsequentes	52
31	Transações que não afetaram o caixa	53



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Av. Prof. Othon Gama D´eça, 677 -
Salas 603, 604 e 605 - Centro - Ed. The Office
88015-240 - Florianópolis/SC - Brasil
Caixa Postal 1420
88010-970 - Florianópolis/SC - Brasil
Telefone +55 (48) 3205-5300
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da Softplan Planejamento e Sistemas S.A.

Florianópolis – SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Softplan Planejamento e Sistemas S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Softplan Planejamento e Sistemas S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação do valor recuperável de unidades geradoras de caixa que contém ágios

Veja a nota 3.1 (i), 4.1.3 e 12.1 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia possui ágio no montante de R\$ 101.416.474 decorrente de aquisição realizada em exercício anterior, o qual possui vida útil indefinida e está sujeito ao teste do valor recuperável com uma periodicidade mínima anual.</p> <p>A Companhia identifica suas unidades geradoras de caixa (UGC) e estima o valor recuperável de cada UGC que contém ágio, utilizando como base o fluxo de caixa descontado. As projeções do fluxo de caixa utilizadas para determinar os valores recuperáveis dependem de certas premissas, tais como: (i) crescimento da receita; (ii) dos custos; e da (iii) determinação da taxa de desconto.</p> <p>Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, devido à relevância dos valores registrados e às incertezas relacionadas as premissas de crescimento da receita, dos custos, e determinação da taxa de desconto, utilizadas para estimar o valor em uso da UGC, que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">- Com o apoio dos nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos:<ul style="list-style-type: none">(i) se a estimativa do valor em uso das UGCs que contém ágio foi elaborada de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas, em conformidade com o CPC 01 (R1);(ii) se as premissas utilizadas para se estimar o valor em uso das UGCs são fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado, condizentes com a data base do trabalho e/ou com o orçamento aprovado pela Administração; e(iii) se os cálculos matemáticos estão corretos e não apresentam qualquer tipo de erro que possa impactar as conclusões.- Comparamos o valor recuperável e o respectivo valor contábil da UGCs, afim de identificar se haveria alguma perda a ser registrada.- Analisamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a avaliação ao valor recuperável das unidades geradoras de caixa que contém ágio e suas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.</p>

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.


Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também à administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Florianópolis, 30 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SC-000071/F-8


Edson Rodrigues da Costa
Contador CRC PR-054199/O-0

Balancos patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	5	102.618.427	18.833.577	107.463.299	23.750.143
Aplicações financeiras	5	5.073.597	39.289.878	5.073.597	40.310.027
Bancos conta vinculada	9	13.640.672	11.807.614	13.640.672	11.807.614
Contas a receber de clientes	6	59.796.118	39.624.662	60.054.907	45.295.209
Impostos a recuperar	7	1.148.554	445.286	1.419.888	980.025
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7	10.905.623	1.560.320	11.689.428	2.014.152
Outros créditos	8	6.986.277	5.079.112	7.035.208	6.398.149
Total do ativo circulante		200.169.268	116.640.449	206.376.999	130.555.319
Depósitos judiciais		170.238	280.054	170.238	280.055
Cauções Diversas		100.000	100.000	100.000	100.000
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28	7.269.807	5.326.882	7.269.807	5.914.622
Outros créditos	8	2.344.592	932.121	2.344.592	955.480
Investimentos	10	5.703.806	148.580.692	-	-
Imobilizado	11	9.701.707	9.756.959	9.746.955	10.907.415
Intangível	12	201.446.943	60.876.064	201.607.737	203.081.064
Total do ativo não circulante		226.737.093	225.852.772	221.239.329	221.238.636
Total do Ativo		426.906.361	342.493.221	427.616.329	351.793.955

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Balancos patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)



Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Empréstimos e financiamentos	13	18.240.760	24.008.688	18.240.760	24.008.688
Fornecedores	14	12.484.976	8.648.992	12.569.231	10.300.273
Obrigações e provisões trabalhistas	15	51.940.220	39.533.495	52.038.567	42.212.401
Obrigações tributárias	16	15.233.865	10.063.544	16.157.378	12.428.839
Dividendos a pagar	19	3.434.554	-	3.434.554	-
Obrigações por aquisições de investimentos	17	40.763.522	20.000.000	40.763.522	20.000.000
Outras obrigações		1.916.504	4.967.953	1.916.503	6.708.111
Total do passivo circulante		144.014.401	107.222.672	145.120.515	115.658.312
Empréstimos e financiamentos	13	120.795.863	9.674.630	120.826.250	9.674.630
Provisões para contingências	18	13.852.415	11.998.031	13.852.415	12.269.531
Obrigações por aquisições de investimentos	17	29.027.010	79.064.693	29.027.010	79.064.693
Mútuos com partes relacionadas	19	-	18.046.829	-	18.046.829
Passivo descoberto	10	298.573	-	-	-
Outras obrigações		213.156	-	213.156	593.594
Total do passivo não circulante		164.187.017	118.784.183	163.918.831	119.649.277
Patrimônio líquido	20				
Capital social		13.340.000	2.700.000	13.340.000	2.700.000
Adiantamento para futuro aumento de capital		12.040.025	10.640.000	12.040.025	10.640.000
Reserva de lucros		93.324.918	103.146.366	93.324.918	103.146.366
Total do patrimônio líquido		118.704.943	116.486.366	118.576.983	116.486.366
Participação de controladores		118.704.943	116.486.366	118.704.943	116.486.366
Participação dos não controladores		-	-	(127.960)	-
Total do passivo e patrimônio líquido		426.906.361	342.493.221	427.616.329	351.793.955

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receita líquida de vendas	21	383.258.808	299.668.247	424.531.471	307.792.940
Custo dos serviços prestados	22	(125.162.776)	(107.612.382)	(134.639.628)	(109.011.680)
Lucro bruto		258.096.032	192.055.865	289.891.843	198.781.260
Despesas com vendas	23	(5.426.721)	(3.252.351)	(9.876.812)	(3.822.441)
Despesas gerais e administrativas	24	(203.911.873)	(139.026.499)	(225.982.201)	(140.268.295)
Provisão de perdas no recebimento de créditos		(523.360)	660.708	(523.360)	660.708
Equivalência patrimonial	10	2.281.324	3.269.488	-	-
Outras receitas operacionais	25	1.552.702	115.686	1.647.711	115.686
Outras despesas operacionais	26	(2.874.960)	(2.729.226)	(2.874.960)	(2.900.909)
Lucro operacional		49.193.144	51.093.671	52.282.221	52.566.009
Receitas financeiras	27	8.124.791	2.083.422	8.221.096	2.086.922
Despesas financeiras	27	(22.502.123)	(2.649.714)	(22.672.412)	(2.655.356)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		34.815.812	50.527.379	37.830.905	51.997.575
Imposto de renda e contribuição social	28	1.337.388	(7.220.404)	(1.840.005)	(8.690.600)
Lucro líquido do exercício		36.153.200	43.306.975	35.990.900	43.306.975
Resultado líquido atribuível a					
Controladores				36.153.200	43.306.975
Não controladores				(162.301)	-

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Resultado do exercício	36.153.200	43.306.975	35.990.900	43.306.975
Ajustes de conversão	(1.144.094)	(567.012)	(1.144.094)	(567.012)
Resultado abrangente do exercício	35.009.106	42.739.963	34.846.806	42.739.963
Sócios controladores	35.009.106	42.739.963	35.009.106	42.739.963
Sócios não controladores	-	-	(162.300)	-

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

	Atribuível aos acionistas controladores							Participação de não controladores	Total consolidado
	Capital social	Reservas			Adto para futuro aumento de capital	Total controladora			
		de Lucros	Legal	Ajuste de avaliação patrimonial					
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.700.000	93.149.006	-	307.397	-	96.156.403	-	96.156.403	
Futuro aumento de capital	-	-	-	-	10.640.000	10.640.000	-	10.640.000	
Lucro líquido do exercício	-	43.306.975	-	-	-	43.306.975	-	43.306.975	
Ajustes de conversão	-	-	-	(567.012)	-	(567.012)	-	(567.012)	
Dividendos	-	(33.050.000)	-	-	-	(33.050.000)	-	(33.050.000)	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.700.000	103.405.981	-	(259.615)	10.640.000	116.486.366	-	116.486.366	
Aumento de capital	10.640.000	-	-	-	(10.640.000)	-	-	-	
Futuro aumento de capital	-	-	-	-	12.040.025	12.040.025	-	12.040.025	
Lucro líquido do exercício	-	36.153.200	-	-	-	36.153.200	(162.301)	35.990.899	
Constituição de reservas	-	(1.807.660)	1.807.660	-	-	-	-	-	
Ajustes de conversão	-	-	-	(1.144.094)	-	(1.144.094)	-	(1.144.094)	
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	34.341	34.341	
Dividendos	-	(44.830.554)	-	-	-	(44.830.554)	-	(44.830.554)	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	13.340.000	92.920.967	1.807.660	(1.403.709)	12.040.025	118.704.943	(127.960)	118.576.983	

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa

Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fluxo de caixa proveniente das operações				
Lucro líquido do exercício	36.153.200	43.306.975	35.990.900	43.306.975
Ajustes para:				
Depreciação	4.454.004	4.135.655	4.756.494	4.778.100
Amortização	18.745.091	10.197.958	23.601.437	10.197.958
Baixa do imobilizado e intangível	2.774	4.450	287.361	7.095
Variação cambial de conversão	-	-	(35.959)	1.616
Outros ajustes	537.339	-	71.941	-
Juros incorridos	9.281.339	1.859.849	9.293.905	1.859.849
Resultado de equivalência patrimonial	(2.281.324)	(3.269.488)	-	-
Provisão para contingências	1.854.384	1.174.916	1.582.884	1.174.917
Provisão de perdas no recebimento de créditos	523.360	(660.708)	523.360	(660.708)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(1.337.388)	7.220.405	1.840.005	8.690.600
	67.932.779	63.970.012	77.912.328	69.356.402
Redução (aumento) nos ativos:				
Bancos conta vinculada	(1.833.058)	(282.058)	(1.833.058)	(282.058)
Contas a receber de clientes	(15.083.342)	1.065.777	(15.283.058)	1.935.212
Impostos a recuperar	(9.307.257)	5.028.891	(13.310.327)	4.804.083
Depósitos judiciais	109.817	2.027.015	109.817	2.027.015
Outros créditos	(2.873.498)	(1.374.091)	(2.026.174)	(623.794)
	(28.987.338)	6.465.534	(32.342.800)	7.860.458
Aumento (redução) nos passivos:				
Fornecedores	2.262.745	2.275.949	2.268.958	3.836.654
Obrigações e provisões trabalhistas	8.310.104	5.833.041	9.826.166	3.446.989
Obrigações tributárias	5.278.644	(4.366.650)	7.821.984	(5.013.853)
Outras obrigações	(4.337.620)	4.651.399	(5.172.045)	2.845.652
	11.513.873	8.393.739	14.745.063	5.115.442
Recursos provenientes das atividades operacionais	50.459.314	78.829.285	60.314.591	82.332.302
Juros pagos de empréstimos, financiamentos e aquisições	(8.755.215)	(2.002.369)	(8.768.482)	(2.002.369)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.943.566)	(2.896.802)	(4.093.444)	(3.234.385)
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais	39.760.533	73.930.114	47.452.665	77.095.548
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos				
Aplicações financeiras	34.216.281	36.762.354	35.236.430	35.742.205
Caixa proveniente de incorporação de controlada	2.372.389	-	-	-
Dividendos recebidos	4.500.000	-	-	-
Aquisição de ativo imobilizado	(2.595.992)	(4.971.236)	(3.614.033)	(5.655.504)
Aquisição de ativo intangível	(22.546.635)	(28.805.336)	(22.412.697)	(28.470.790)
Obrigações por aquisições de investimentos	(29.274.161)	-	(29.274.161)	-
Aquisição de controlada, líquido do caixa adquirido no consolidado	-	(45.000.000)	-	(42.751.980)
Recursos líquidos decorrentes das atividades de investimentos	(13.328.118)	(42.014.218)	(20.064.461)	(41.136.069)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Liquidação de empréstimos e financiamentos	(23.805.912)	(9.283.248)	(23.805.913)	(9.283.248)
Empréstimos tomados	130.000.000	6.000.000	130.031.087	6.000.000
Custos de captação de debêntures	(1.438.849)	-	(1.438.849)	-
Empréstimos tomados com partes relacionadas	-	18.046.829	-	18.046.829
Empréstimos pagos com partes relacionadas	(18.046.829)	-	(18.046.829)	-
Distribuição de dividendos	(41.396.000)	(39.050.000)	(41.396.000)	(39.050.000)
Adiantamento para futuro aumento de capital	12.040.025	10.640.000	12.040.025	10.640.000
Recursos líquidos provenientes (aplicados) nas atividades de financiamento	57.352.435	(13.646.419)	57.383.521	(13.646.419)
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	83.784.850	18.269.477	84.771.725	22.313.060
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	18.833.577	564.100	23.750.143	1.430.331
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa	-	-	(1.058.569)	6.752
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	102.618.427	18.833.577	107.463.299	23.750.143
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	83.784.850	18.269.477	84.771.725	22.313.060

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Softplan Planejamento e Sistemas S/A (“Controladora”, “Softplan”, “Empresa” ou “Companhia”), Companhia integrante do Grupo Softplan, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros do Conselho de Administração em 30 de março de 2023. Constituída como uma “Sociedade Anônima” domiciliada no Brasil, a Companhia tem capital fechado. Constituída em 01 de outubro de 1990, a Companhia tem sua sede social localizada no município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Avenida Luiz Boiteux Piazza, 1302, Lote 89, Bairro Cachoeira do Bom Jesus, CEP 88.056-000.

A Companhia tem como objeto social: (i) a exploração comercial e licenciamento de programas para computador por ela elaborados e/ou por terceiros; (ii) o desenvolvimento de software, inclusive sob encomenda, customizáveis ou não; (iii) a prestação de serviços de assessoria técnica, de consultoria e de treinamento em tecnologia da informação; (iv) a manutenção, a sustentação, a evolução de programas para computador, e o suporte técnico em tecnologia da informação; (v) a hospedagem e/ou armazenamento de aplicações ou serviços de transferência contínua; (vi) a hospedagem e/ou armazenamento de páginas da internet e serviços de compartilhamento de computadores; (vii) Locação de data center; (viii) as atividades de tratamento e processamento de dados; (ix) as atividades previstas nas alíneas (iii) a (viii) do objeto social poderão ser realizadas no estabelecimento sede da Companhia, ou nas dependências do cliente; (x) a intermediação, mediação e agenciamento de serviços e negócios; (xi) o planejamento, a organização, e a exposição de feiras, eventos e congressos; (xii) a representação e comércio varejista de equipamentos e produtos de informática; (xiii) a locação de imóveis próprios; e (xiv) a participação em outras sociedades comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista.

As soluções desenvolvidas pela Softplan são comercializadas no mercado nacional e na Colômbia. A Controladora detém participação acionária nas seguintes empresas:

	Participação acionária		Tipo	País
	2022	2021		
Softplan Sistemas Colômbia	100%	100%	Controlada direta	Brasil
Projuris Sistemas Ltda. (nota 4)	Incorporada	100%	Controlada direta	Colômbia
Codilo Serviços em Tecnologia da Informação S.A (i)	70%	70%	Controlada direta	Brasil

(i) Em 2021 a empresa Codilo era controlada indireta da Companhia, tendo seu controle pela Projuris, com a incorporação da Projuris a Companhia passou a deter o controle direto da Codilo.

2 Base de preparação e mensuração

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão evidenciadas, e que correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A autorização para conclusão da preparação desta demonstração financeira ocorreu na reunião de diretoria realizada em 30 de março de 2023.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentados na nota explicativa 3.

2.2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de combinações de negócios e instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao período anterior.

2.3 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia em suas empresas controladas, conforme percentual de participação no balanço de cada empresa:

	Participação	
	2022	2021
Softplan Sistemas Colômbia	100%	100%
Projuris Sistemas Ltda. (nota 4)	Incorporada	100%
Codilo Serviços em Tecnologia da Informação S.A.	70%	70%

A Companhia mensura os componentes da participação de não controladores nas adquiridas que representem instrumentos patrimoniais e confirmam a seus detentores uma participação proporcional nos ativos líquidos da adquirida em caso de sua liquidação.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas domiciliadas no Brasil é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras da controladora e consolidadas.

Para as controladas localizadas no exterior (Softplan Sistemas Colombia) que a Administração concluiu que por possuírem independência administrativa, financeira e operacional, os seus ativos e passivos são convertidos para Reais pela taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e os resultados convertidos para Reais pelas taxas médias mensais dos períodos. As atualizações da conta de investimentos decorrente de variação cambial são reconhecidas em ajuste cumulativo de conversão para moeda estrangeira no patrimônio líquido.

2.5 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores, a mensuração e reconhecimento de certos ativos, passivos, receitas e despesas na data base das demonstrações financeiras. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

A determinação dessas estimativas críticas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens sujeitos a estimativas significativas incluem:

- (i) A análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados ([nota 11](#));
- (ii) Estimativas de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ([nota 28](#));
- (iii) A identificação e valorização da provisão para litígios ([nota 18](#));
- (iv) A determinação da vida útil dos ativos imobilizados e intangíveis ([notas 3.4 e 3.5](#)); e
- (v) As estimativas de valor justo de instrumentos financeiros ativos e passivos ([nota 3.6](#)).
- (vi) Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber ([nota 6.2](#)).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

3 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir. As políticas foram aplicadas em consistência com todos os exercícios apresentados, a menos que declarado o contrário.

3.1 Base de consolidação

(i) Combinações de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para o Grupo. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, o Grupo avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um input e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar output.

O Grupo tem a opção de aplicar um "teste de concentração" que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares.

A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos

imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

Se os planos de pagamento baseado em ações detidos pelos funcionários da adquirida precisam ser substituídos (substituição de planos), todo ou parte do novo montante do plano de substituição emitido pelo adquirente é incluído na mensuração da contraprestação transferida na combinação de negócios. Essa determinação é baseada no valor de mercado do plano de substituição comparado com o valor de mercado do plano de pagamento baseado em ações da adquirida e na medida em que esse plano de substituição se refere a serviços prestados antes da combinação.

(ii) Controladas

A Softplan controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(iii) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

3.2 Moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

3.3 Instrumentos financeiros

A Softplan reconhece seus ativos e passivos financeiros pelo valor justo no reconhecimento inicial, com exceção do contas a receber que mensura ao preço de transação, e subsequente mensura ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base no modelo de negócio para gestão de seus ativos e nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A Companhia classifica seus ativos financeiros de acordo com modelo de negócio para gestão dos seus ativos financeiros, conforme alterações introduzidas pelo CPC 48, mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado da seguinte forma:

(i) Ativos e Passivos financeiros ao custo amortizado

Representam ativos e passivos financeiros cujo modelo de negócio do Grupo é manter os ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e que, constituam exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Nesta categoria a Companhia classifica, principalmente, "Contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "Caixa e equivalentes de caixa", além de "fornecedores e outras contas a pagar.

(ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

(iii) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

(iv) Outros passivos financeiros

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

3.4 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Imóveis	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos e aparelhos telefônicos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

3.5 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de formação ou aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável. Os intangíveis atualmente detidos pela Companhia são amortizados em 5 a 10 anos, pelo método linear. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social.

Os ativos intangíveis produzidos internamente são mensurados pelo seu custo de desenvolvimento, apurados com base em apontamento de horas dos colaboradores alocados nos projetos e o demais gastos necessários para o desenvolvimento. A amortização de cada produto é realizada a partir do momento em que o ativo estiver disponível para uso e de acordo com sua vida útil econômica estimada.

3.6 Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Provisão de perdas no recebimento de créditos

A política de constituição de provisão de perdas no recebimento de créditos, consiste em reconhecer os títulos vencidos acima de 180 dias para os clientes da iniciativa privada. Para os clientes da área pública, adota-se como critério para o reconhecimento da provisão, os títulos vencidos acima de 180 dias, adotando ainda o efeito vagão. A administração efetua a análise individual da carteira de contas a receber para verificar se não existe nenhuma exceção a premissa inicial, seja para constituição de provisão ou reversão.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

3.7 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos em caixa, contas correntes bancárias e aplicações financeiras utilizadas nas na atividade operacional, não sujeitas a risco de mudança significativa de valores e prontamente conversíveis em montante de caixa, no período inferior a 90 dias a contar da data de encerramento das demonstrações financeiras.

3.8 Provisão para contingências

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável do valor da obrigação possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em consideração alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.9 Impostos

(i) Imposto de renda e contribuição social - Correntes

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido, na companhia controladora e algumas controladas, é apurado com base no lucro real.

- **Lucro Real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício, quando aplicável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. Ambos reconhecidos no resultado a menos que estejam

relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

- Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.
- Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas e serviços prestados, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que os impostos sobre vendas são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos impostos sobre vendas e serviços prestados.

O valor líquido dos impostos sobre vendas e serviços prestados, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas e prestação de serviços das operações realizadas no Brasil estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Imposto/Contribuição	Alíquota
PIS Programa de Integração Social	0,65%
COFINS Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	3,00%
ISSQN Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	2,00 e 3,00%
CPRB Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta	4,50%

3.10 Demonstração dos fluxos de caixa

Preparada pelo método indireto, de acordo com as normas e procedimentos do CPC 03 R2. Os juros pagos e recebidos são classificados como atividades de financiamento ou investimento, em função do evento gerador.

3.11 Receita de vendas

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, cancelamentos e impostos sobre as vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Receita de contratos com clientes – Receita recorrente

A receita de software recorrente compreende: (i) assinatura de software, na qual os clientes possuem acesso ao software em sua versão mais recente; (ii) manutenção, suporte técnico e evolução tecnológica; e (iii) serviços, incluindo computação em nuvem e suporte ao cliente.

A receita recorrente é reconhecida no resultado ao longo do tempo, à medida que os serviços são prestados, a partir da data em que os serviços e software são disponibilizados ao cliente e todos os demais critérios de reconhecimento são atendidos.

Receita de contratos com clientes – Receita não recorrente

A receita de software não recorrente compreende: (i) licenciamento, que transferem ao cliente o direito de uso do software por tempo indeterminados; e (ii) serviços de implantação e customização de softwares, serviços de consultoria e treinamento.

(i) Serviço de licenciamento é reconhecido quando todos os riscos e benefícios inerentes a licença são transferidos ao comprador mediante a disponibilização do software e o valor pode ser mensurado de forma confiável, bem como seja provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor do Grupo.

(ii) As receitas de serviços de implementação e customização representam obrigação de desempenho distinta dos outros serviços e são faturadas separadamente e reconhecidas ao longo do tempo à medida que os custos são incorridos em relação ao total de custos esperados, realizados conforme cronograma de execução e quando há expectativa de recebimento do cliente. Receitas faturadas que não atingem os critérios de reconhecimento, não compõem os saldos das respectivas contas de receita e contas a receber. As receitas de serviços de consultoria e treinamento são reconhecidas quando os serviços são prestados.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.12 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das informações contábeis intermediárias do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

a. **Contratos onerosos - custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37).**

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados.

b. IFRS 17 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 – Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguros (CPC 11), emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

c. Alterações ao IAS 1 - Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for, em si, um instrumento de capital próprio, os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

d. Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS – Divulgação de Políticas Contábeis

As principais alterações incluem:

- Exigir que as empresas divulguem suas políticas contábeis relevantes em vez de suas políticas contábeis significativas;
- Esclarecer que as políticas contábeis relacionadas a transações imateriais, outros eventos ou condições são imateriais e, como tal, não precisam ser divulgadas;

- Esclarecer que nem todas as políticas contábeis são relevantes para as demonstrações financeiras de uma empresa.

e. Alterações ao CPC 23/IAS 8 – Definição de estimativa contábil

As alterações introduzem uma nova definição para estimativas contábeis: esclarecem o que são valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração, àquelas que surgem quando os valores monetários em relatórios financeiros não podem ser observados diretamente e devem ser estimados. Nesse sentido, o desenvolvimento de uma estimativa contábil inclui:

- Selecionar uma técnica de medição (estimativa ou técnica de avaliação);
- Escolher as entradas a serem usadas ao aplicar a técnica de medição escolhida.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Softplan avalia o impacto que as alterações terão na prática, e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

A administração considera que não há estimativas que possam impactar significativamente as demonstrações financeiras. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

3.13 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

O Grupo apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

3.13.1 Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

Os valores contábeis dos principais ativos e passivos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalente de caixa	102.618.427	18.833.577	107.463.299	23.750.143
Aplicações financeiras	5.073.597	39.289.878	5.073.597	40.310.027
Bancos conta vinculada	13.640.672	11.807.614	13.640.672	11.807.614
Contas a receber de clientes	59.796.118	39.624.662	60.054.907	45.295.209
	181.128.814	109.555.731	186.232.475	121.162.993
Passivos Financeiros				
Empréstimos e financiamentos	139.036.623	33.683.318	139.067.010	33.683.318

Fornecedores	12.484.976	8.648.992	12.569.231	10.300.273
Mútuo com partes relacionadas	-	18.046.829	-	18.046.829
Dividendos a pagar	3.434.554	-	3.434.554	-
	154.956.153	60.379.139	155.070.795	62.030.420

3.13.2 Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia e suas controladas para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

A Companhia investe o excedente de caixa em ativos financeiros com incidência de juros ([nota explicativa 3.14.1](#)) escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

	Controladora		
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Passivos financeiros			
Em 31 de dezembro de 2022			
Empréstimos e financiamentos	18.240.760	31.020.565	89.775.298
Fornecedores	12.484.976	-	-
Obrigações por aquisições de investimentos	40.763.522	29.027.010	-
Em 31 de dezembro de 2021			
Empréstimos e financiamentos	24.008.688	9.674.630	-
Mútuos com partes relacionadas	-	18.046.829	-
Fornecedores	8.648.992	-	-
Obrigações por aquisições de investimentos	20.000.000	79.064.693	-
	Consolidado		
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Passivos financeiros			
Em 31 de dezembro de 2022			
Empréstimos e financiamentos	18.240.760	31.050.952	89.775.298
Fornecedores	12.569.231	-	-
Obrigações por aquisições de investimentos	40.763.522	29.027.010	-
Em 31 de dezembro de 2021			
Empréstimos e financiamentos	24.008.688	9.674.630	-
Mútuos com partes relacionadas	-	18.046.829	-
Fornecedores	10.300.273	-	-
Obrigações por aquisições de investimentos	20.000.000	79.064.693	-

3.13.3 Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos serviços prestados pela Companhia os quais podem provocar alterações nas receitas da Companhia. Para mitigar esses riscos a Companhia monitora permanentemente essas oscilações.

3.13.4 Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

3.13.5 Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e/ou danos à reputação da Companhia.

A responsabilidade primaz para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas e se aproximam de seu valor justo.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Aplicações financeiras - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI.
- Contas a receber, outros créditos, fornecedores e outras contas a pagar - Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.

3.13.6 Gestão de capital

A Softplan administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade do retorno aos seus acionistas e beneficiar às demais partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para investir em seu crescimento. Para gestão do capital, a administração efetua o acompanhamento dos seguintes indicadores:

- Grau de endividamento;
- Capital circulante líquido e índice de liquidez corrente;
- Avaliação das disponibilidades de caixa no curtíssimo prazo;

	Consolidado	
	2022	2021
(+) Empréstimos e financiamentos	139.067.010	33.683.318
(+) Passivo por aquisição de investimentos	69.790.532	99.064.693
(-) Caixa e equivalente de caixa	(107.463.299)	(23.750.143)

(-) Aplicações financeiras	(5.073.597)	(40.310.027)
(=) Dívida líquida	96.320.646	68.687.841
(.) Patrimônio líquido total	118.576.983	116.486.366
Índice de alavancagem financeira	0,81	0,59

4 Movimentações societárias

4.1 Combinação de negócios

As aquisições da Companhia reforçam as diretrizes do planejamento estratégico voltado para aquisição de empresas de Software, visando desenvolver um ecossistema que atenda os setores da justiça e da construção civil. Através de novas aquisições e aumentos de participação societária, a Companhia vem criando sinergia com os produtos embarcados destas empresas, possibilitando aumentar a participação de mercado, consolidando cada vez mais a marca Softplan.

Em 21 de dezembro de 2021, foi celebrado contrato de compra e venda para aquisição de quotas que representam 100% do capital social da Projuris Sistemas Ltda. (“Projuris”), com valor de transação de R\$ 149.945.732, pela Softplan Planejamento e Sistemas S.A.. A Projuris é uma empresa de software para o setor jurídico (departamento jurídicos e escritórios de advocacia) e está inserida na estratégia do Grupo de aumentar a participação em clientes privados e softwares recorrentes (“software as a service”).

4.1.1 Contraprestação transferida

A seguir é apresentado o resumo do valor justo na data da aquisição da contraprestação transferida após o ajuste de preço:

	Nota	
Pagamento à vista (i)		45.000.000
Valor de parcelas retidas (i)		60.000.000
Contraprestação contingente (ii)		24.845.732
Contraprestação contingente pagas (ii)		15.000.000
Preço de aquisição		144.845.732

Os valores previstos nos itens (i) e (ii) serão atualizados por 100% (cem por cento) da variação do CDI entre a Data do Fechamento e a data dos respectivos pagamentos.

(i) Pagamento a vista e parcelas retidas

- 1ª Parcela – R\$ 45.000.000 na data de fechamento;
- 2ª Parcela – R\$ 20.000.000 no primeiro aniversário da “Data de Fechamento”;
- 3ª Parcela – R\$ 20.000.000 no segundo aniversário da “Data de Fechamento”;
- 4ª Parcela – R\$ 20.000.000 no terceiro aniversário da “Data de Fechamento”.

(ii) Contraprestação contingente (*Earn-out*)

Além das 04 parcelas fixas, há um valor devido a título de contraprestação contingente - *Earn-out*, estimado pela administração da Companhia em R\$ 39.845.732. O valor total do *Earn-out* está

segmentado em 4 *tranches*, condicionados à performance da empresa adquirida, estimados até 3ª aniversário da compra.

As parcelas de *Earn-out* foram calculadas de forma proporcional ao atingimento das margens EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) aplicáveis no contrato de compra e venda. Para a realização da previsão dos resultados futuros da empresa, utilizou-se o balanço patrimonial consolidado em 30 de novembro de 2021.

Em 2022 foram pagos R\$ 29.274.161 (R\$ 45.000.000 em 2021).

4.1.2 Remuneração por serviços prestados

Com base no CPC 15, item B55 a), “a prestação contingente, em que os pagamentos são automaticamente extintos quando os empregados são desligados, tem característica de remuneração para serviços pós-combinação”. Desta forma, do valor total da transação, de R\$ 149.945.732, o valor de R\$ 5.100.000 não faz parte da composição do preço pago e configura uma remuneração por serviços prestados pós-combinação, sendo o preço de aquisição, para fins do registro desta combinação de negócios, o valor de R\$ 144.845.732.

4.1.3 Ativos identificáveis e passivos adquiridos

Os ativos adquiridos identificados, e os passivos assumidos preliminares ao seu valor justo, o ágio e o custo da participação de impactaram as demonstrações financeiras consolidadas na data da aquisição, conforme segue:

	2021
Contraprestação transferida	144.845.732
100% do patrimônio líquido	(2.769.390)
Carteira de clientes	(28.021.370)
Software	(12.372.130)
Ágio	101.682.842

O ágio apurado de R\$ 101.682.842 compreende o valor dos benefícios econômicos futuros oriundos das sinergias decorrentes da aquisição e alinhados com a estratégia do Grupo. O ágio reconhecido tem expectativa de ser dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social.

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adquiridos foram as seguintes:

Ativos adquiridos	Técnica de avaliação
Imobilizado	Técnica de comparação de mercado e técnica de custo: o modelo de avaliação considera os preços de mercado para itens semelhantes, quando disponível, e o custo de reposição depreciado, quando apropriado. O custo de reposição depreciado reflete ajustes de deterioração física, bem como a obsolescência funcional e econômica.
Intangíveis	Método <i>relief-from-royalty</i> e método <i>multi-period excess earnings</i> : o método <i>relief-from-royalty</i> considera os pagamentos descontados de royalties estimados que deverão ser evitados como resultado das patentes adquiridas. O método <i>multi-period excess earnings</i> considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos esperados pelas relações com clientes, excluindo qualquer fluxo de caixa relacionado com ativos contributórios.

Se novas informações obtidas dentro do prazo de um ano, a contar da data da aquisição, sobre fatos e circunstâncias que existiam na data da aquisição, indicarem ajustes nos valores mencionados acima, ou qualquer provisão adicional que existia na data de aquisição, a contabilização da aquisição será revista.

A vida útil remanescente é estimada em 8,08 anos para carteira de clientes/contratos, e 5 anos para software.

4.2 Incorporação de empresas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia incorporou o acervo líquido, a valor contábil, demonstrado no quadro abaixo de sua controlada Projuris.

Balanço Patrimonial	Projuris
	01/09/2022
Ativo Circulante	9.030.571
Caixa e equivalente de caixa	2.372.389
Contas a receber	5.611.474
Outros ativos circulantes	1.046.708
Ativo não circulante	2.960.790
Realizável a longo prazo	746.282
Investimentos	315.644
Imobilizado	1.805.534
Intangível	93.330
Total do ativo	11.991.361
Passivo circulante e não circulante	(9.004.430)
Acervo líquido incorporado	2.986.931

Em 1º de outubro de 2022 a subsidiária Projuris Sistemas Ltda. foi incorporada pela Softplan Planejamento e Sistemas S/A, pelo acervo líquido de R\$ 2.986.931 o qual foi avaliado por peritos que emitiram o laudo de avaliação do patrimônio líquido na data base de 1º de setembro de 2022. As variações patrimoniais ocorridas após a data base até a data da efetiva incorporação foram absorvidas pela Softplan.

5 Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Contas correntes	102.618.427	18.833.577	107.463.299	23.750.143
	102.618.427	18.833.577	107.463.299	23.750.143
Aplicações financeiras – acima de 90 dias	5.073.597	39.289.878	5.073.597	40.310.027
	5.073.597	39.289.878	5.073.597	40.310.027

5.1.1 Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e Fundos DI e Renda Fixa, com rendimentos que variam entre 100% a 105% do CDI. As aplicações financeiras com vencimento imediato ou até 90 dias são conversíveis em montante conhecido de caixa, não estão sujeitas a risco de mudança de valores e são mantidas para atividades operacionais da Companhia e, por essa razão, são consideradas equivalentes de caixa.

5.1.2 Aplicação financeira – acima de 90 dias

Em 31 de dezembro de 2022, as aplicações financeiras acima de 90 dias têm por finalidade a utilização em investimentos futuros.

6 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas faturadas	43.362.662	27.697.474	43.621.451	33.368.021
Receitas a faturar	21.790.279	16.760.651	21.790.279	16.760.651
(-) Perda esperada com créditos	(5.356.823)	(4.833.463)	(5.356.823)	(4.833.463)
	59.796.118	39.624.662	60.054.907	45.295.209

As contas a receber de clientes são reconhecidos pelo valor nominal e deduzidos da estimativa de perdas esperadas, a qual é constituída utilizando o histórico de perdas por faixa de vencimento, sendo considerada suficiente pelo Grupo para cobrir eventuais perdas.

6.1 Composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Aging list				
A vencer	52.350.568	36.728.127	52.601.940	41.603.920
Vencidos:	7.445.550	2.896.535	7.452.967	3.691.289
De 1 a 30 dias	4.782.963	1.853.742	4.785.914	2.607.376
De 31 a 60 dias	1.310.704	378.862	1.310.704	428.066
De 61 a 90 dias	731.467	386.499	732.456	422.182
De 91 a 180 dias	1.181.186	700.192	1.184.375	645.232
De 181 a 360 dias	996.114	493.225	996.402	493.225
Acima de 360 dias	3.799.939	3.917.478	3.799.939	3.928.671
(Perda esperada com créditos)	(5.356.823)	(4.833.463)	(5.356.823)	(4.833.463)
	59.796.118	39.624.662	60.054.907	45.295.209

6.2 Perda esperada com créditos (PEC):

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(5.494.171)

Entradas	(1.117.912)
Saídas	<u>1.778.620</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(4.833.463)
Entradas	(1.686.339)
Saídas	1.162.979
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(5.356.823)

Os critérios para constituição da PEC são baseados na avaliação individual da situação de cada cliente e na experiência real de perda de crédito verificado nos últimos anos, diretamente associado ao período de inadimplemento dos títulos não pagos, ou seja, quando há evidências claras da perda incorrida.

Os critérios para constituição da PEC são segmentados por setor de atuação do Grupo. Para o setor privado é constituído PEC para os títulos vencidos acima de 90 dias e para os clientes do setor público, adota-se como critério para o reconhecimento da PEC os títulos vencidos acima de 180 dias.

7 Impostos a recuperar

7.1 Tributos indiretos

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
ICA a recuperar (i)	-	-	61.358	106.096
IVA a recuperar (i)	-	-	209.461	245.602
PIS retido na fonte	178.968	72.009	179.060	104.605
COFINS retido na fonte	826.001	332.348	826.424	482.793
INSS a compensar	98.873	28.200	98.873	28.200
Outros impostos a compensar	44.712	12.729	44.712	12.729
	1.148.554	445.286	1.419.888	980.025

(i) Os valores a recuperar de Imposto sobre o Valor Agregado (IVA) e Imposto de Industria e Comercio (ICA), referem-se às retenções na fonte efetuadas sobre notas de fornecedores da Colômbia que ainda não foram compensadas em 2021 e 2022.

7.2 Tributos diretos

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
IRRF a compensar	1.018.920	427.241	1.019.277	615.207
CSLL retido na fonte	451.689	110.783	452.003	346.582
IRPJ a recuperar (i)	7.858.112	541.132	8.641.246	566.660
CSLL a recuperar (i)	1.576.902	481.164	1.576.902	485.703
	10.905.623	1.560.320	11.689.428	2.014.152

(i) Os valores de IRPJ e CSLL trata-se de antecipações dos pagamentos realizados durante o ano calendário em relação aos valores apurados e são passíveis de compensação por meio de PERDCOMP.

8 Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Adiantamento a fornecedores	147.092	25.895	149.984	1.076.786
Adiantamento de férias	1.661.579	1.124.487	1.661.579	1.296.919
Estoque de materiais	62.132	58.287	62.132	58.287
Seguros (i)	1.250.197	1.400.793	1.296.236	1.441.310
Assinaturas e anuidades (ii)	2.905.940	2.662.371	2.905.940	2.717.569
Plano de saúde e odontológico	1.501.799	654.878	1.501.799	654.878
Precatórios (iii)	1.706.863	-	1.706.863	-
Outros créditos	95.267	84.522	95.267	107.880
	9.330.869	6.011.233	9.379.800	7.353.629
Circulante	6.986.277	5.079.112	7.035.208	6.398.149
Não circulante	2.344.592	932.121	2.344.592	955.480

(i) Os valores com seguros referem-se a seguros garantias de contratos licitatórios.

(ii) Os valores das despesas antecipadas referem-se a assinaturas de uso de software para execução das atividades da Companhia.

(iii) A Companhia venceu processo de cobrança conta cliente pessoa jurídica do setor público, o qual gerou um precatório de natureza municipal. A Companhia, junto com seus assessores legais, está avaliando as formas viáveis para realizar o precatório, seja via reembolso e/ou compensação.

9 Bancos conta vinculada (controladora e consolidado)

A Companhia possui contas correntes bancárias destinadas a acumular depósitos a vista contingentes. Estes valores são oriundos de retenções de efetuadas em recebimentos de contratos mantidos com os clientes TJ/SP e TJ/CE.

Estas retenções têm finalidade de resguardar estes clientes quanto a riscos de passivos trabalhistas decorrentes da cessão de mão de obra necessária para prestar o serviço contratado.

Considerando os fatos e circunstâncias ocorridos no ano, a Companhia reavaliou suas estimativas de recebimento (resgate) destes valores em 2022 e entende exigibilidade da totalidade do saldo se dará em prazo inferior a doze meses. Durante os exercícios de 2022 e 2021, os saldos movimentaram conforme demonstrado abaixo.

Saldo 2020	11.525.556
Depósitos	1.801.905
Saques	(1.519.847)
Saldo 2021	11.807.614
Depósitos	3.052.157
Saques	(1.219.099)
Saldo 2022	13.640.672

10 Investimentos (controladora)

A Companhia possui participação societária junto a outras entidades, que são mensuradas pelo método de equivalência patrimonial. As participações em entidades estão demonstradas a seguir:

10.1 Composição saldo investimentos

	Equivalência patrimonial		Saldo de investimentos	
	2022	2021	2022	2021
Softplan Sistemas Colômbia	1.471.458	3.269.488	5.180.947	4.516.000
Projuris Sistemas Ltda (i)	5.395.061	-	-	144.064.692
Codilo Serviços em Tecnologia da informação S.A.	(119.215)	-	522.859	-
	6.747.304	3.269.488	5.703.806	148.580.692

(i) Refere-se à equivalência patrimonial reconhecida até a incorporação da Projuris.

O resultado de equivalência patrimonial é obtido mediante as seguintes movimentações:

	2022	2021
Equivalência patrimonial	6.747.304	3.269.488
Amortização de mais valias, líquido do imposto de renda diferido	(4.465.980)	-
	2.281.324	3.269.488

10.2 Movimentações dos investimentos

Em 21 de dezembro de 2021, a Softplan adquiriu 100% do capital social e o controle da empresa Projuris Sistemas Ltda., colocando em prática uma das diretrizes de seu planejamento estratégico. Vide [nota 4](#). De acordo com o portfólio dos produtos já existentes na Companhia, a aquisição da Projuris tem como maior objetivo criar sinergia com os produtos da Softplan possibilitando dominar e concentrar uma maior fatia de mercado consolidando cada vez mais a marca Softplan.

Em 01 de outubro de 2022, a subsidiária Projuris Sistemas Ltda foi incorporada pela Softplan Planejamento e Sistemas S/A. O em 1º de setembro de 2022 foi levantado laudo de avaliação do patrimônio líquido da Projuris pela Adviser Sul Auditores Independentes, no montante de R\$ 11.991.361. As variações de saldos entre a data do laudo e a data da incorporação impactaram os ativos, passivos e resultado da incorporadora (controladora), e eliminado na consolidação destas demonstrações financeiras.

Na data da incorporação a Projuris possuía controle sobre a empresa Codilo Serviços em Tecnologia da Informação S.A., passando a ser controlada direta da Softplan.

10.3 Informações contábeis resumidas das controladas em 31 de dezembro de 2022

	%	Ativo	Passivo	PL	Receita	Resultado
Softplan Sistemas Colombia	100	6.226.845	1.045.898	5.180.947	4.672.921	1.471.458
Codilo Serviços em Tecnologia da informação S.A.	70	39.070	465.604	(426.534)	77.118	(541.002)

10.4 Movimentação dos investimentos

	Softplan Colômbia	Projuris	Codilo	TOTAL
	100%	100%	70%	
Saldos em 31.12.2020	2.151.108	-	-	2.151.108
Ajuste de conversão	(567.013)	-	-	(567.013)
Compra de ações	-	144.845.732	-	144.845.732
Variação laudo x data aquisição	-	(781.040)	-	(781.040)
Compra de IRRF Fonte - Retenção IRPJ	(337.583)	-	-	(337.583)
Equivalência patrimonial.	3.269.488	-	-	3.269.488
Saldos em 31.12.2021	4.516.000	144.064.692	-	148.580.692
Ajuste de conversão	(1.144.094)	-	-	(1.144.094)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	375.000	375.000
Variação laudo x data aquisição	-	-	(162.562)	(162.562)
Retenção IRPJ - Colômbia	337.583	-	-	337.583
Equivalência patrimonial	1.471.458	5.395.061	-	6.866.519
Amortização	-	(4.465.980)	(5.223)	(4.471.203)
Incorporação	-	(144.993.773)	315.644	(144.678.129)
Saldos em 31.12.2022	5.180.947	-	522.859	5.703.806

11 Imobilizado

	Controladora						Total
	Móveis e utensílios	Instalações	Imóveis	Computadores e periféricos	Aparelhos telefônicos	Direito de uso locação de imóveis	
Taxa média anual de depreciação	10%	10%	4%	20%	20%		
Saldo líquido de 31 de dezembro de 2020	536.851	231.478	8.700	8.103.975	44.825	-	8.925.829
Adições	13.790	-	-	4.920.717	36.729	-	4.971.236
Baixas	(4.147)	-	-	-	(304)	-	(4.451)
Depreciação	(167.949)	(51.007)	(2.173)	(3.901.947)	(12.579)	-	(4.135.655)
Saldo líquido de 31 de dezembro de 2021	378.545	180.471	6.527	9.122.745	68.671	-	9.756.959
Adições	18.656	-	-	2.539.252	38.082	-	2.595.990
Adições - Líquido Incorporação(i)	188.284	28.162	-	884.049	19.265	685.776	1.805.536
Reclassificação	(22.094)	777	-	21.317	-	-	-
Baixas	-	(125)	-	(2.649)	-	-	(2.774)
Depreciação	(170.026)	(48.855)	(2.174)	(4.084.986)	(33.667)	(114.296)	(4.454.004)
Saldo líquido de 31 de dezembro de 2022	393.365	160.430	4.353	8.479.728	92.351	571.480	9.701.707

(i) Adição ao imobilizado referente incorporação do saldo contábil líquido da Projuris, data base 01/09/2022.

Consolidado

	Móveis e utensílios	Instalações	Imóveis	Computadores e periféricos	Aparelhos telefônicos	Direito de uso locação de imóveis	Total
Taxa média anual de depreciação	10%	10%	4%	20%	20%		
Saldo líquido de 31 de dezembro de 2020	558.670	231.478	8.700	8.167.845	44.824	-	9.011.517
Adições	159.899	14.361	-	5.426.294	55.357	-	5.655.911
Adições Projuris	162.296	31.199	-	818.478	21.984	-	1.033.957
Baixas	(4.146)	-	-	-	(304)	-	(4.450)
Variação Cambial	(2.209)	-	-	(6.159)	-	-	(8.368)
Depreciação	(286.824)	(65.368)	(2.173)	(4.395.492)	(31.295)	-	(4.781.153)
Saldo líquido de 31 de dezembro de 2021	587.686	211.670	6.527	10.010.966	90.566	-	10.907.415
Adições	38.693	-	-	2.622.892	38.082	914.367	3.614.034
Reclassificações	(22.094)	777	-	21.317	-	-	-
Baixas	-	(125)	-	(2.649)	-	-	(2.774)
Variação Cambial	(2.256)	-	-	(12.970)	-	-	(15.225)
Depreciação	(202.666)	(51.893)	(2.173)	(4.120.579)	(36.296)	(342.887)	(4.756.494)
Saldo líquido de 31 de dezembro de 2022	399.363	160.429	4.354	8.518.977	92.352	571.480	9.746.955

(i) Adição ao imobilizado referente incorporação do saldo contábil líquido da Projuris, data base 01/09/2022.

12 Intangível

	Controladora						Total
	Ágio	Carteira de Clientes	Marcas	Software	Software em desenvolvimento	Software de Produto	
Taxa média anual de amortização			20%	20%	-	20%	
Saldo líquido de 31 de dezembro de 2020	-	-	-	3.130.231	25.057.473	14.080.981	42.268.685
Adições	-	-	-	344.114	28.461.224	-	28.805.338
Reclassificação	-	-	-	-	(53.518.697)	53.518.697	-
Amortização	-	-	-	(1.191.864)	-	(9.006.094)	(10.197.958)
Saldo líquido de 31 de dezembro de 2021	-	-	-	2.282.480	-	58.593.584	60.876.064
Adições	-	-	-	1.278.111	-	20.544.921	21.823.032
Adições - Líquido Incorporação (i)	-	-	9.566	83.763	-	-	93.329
Reclassificação por incorporação	101.416.474	25.420.376	(5.501)	10.568.260	-	-	137.399.609
Amortização	-	(875.668)	-	(1.827.660)	-	(16.041.763)	(18.745.091)
Saldo líquido de 31 de dezembro de 2022	101.416.474	24.544.708	4.065	12.384.954	-	63.096.742	201.446.943

(i) Adição ao imobilizado referente incorporação do saldo contábil líquido da Projuris, data base 01/09/2022.

	Consolidado						
	Ágio	Carteira de Clientes	Marcas	Software	Software em desenvolvimento	Software de Produto	Total
Taxa média anual de amortização		20%		20%	-	20%	
Saldo líquido de 31 de dezembro de 2020	-	-	-	3.130.231	25.057.473	14.080.981	42.268.685
Adições Projuris	-	-	9.566	463.206	-	-	472.772
Adições Combinação de Negócios	101.682.842	28.021.369	-	12.372.130	-	-	142.076.341
Adições	-	-	-	-	28.461.224	-	28.461.224
Reclassificações	-	-	-	-	(53.518.697)	53.518.697	-
Amortização	-	-	-	(1.191.864)	-	(9.006.094)	(10.197.958)
Saldo líquido de 31 de dezembro de 2021	101.682.842	28.021.369	9.566	14.773.703	-	58.593.584	203.081.064
Adições	12.936	-	-	1.692.399	-	20.544.921	22.250.256
Reclassificação por incorporação	-	26.560	(218)	136.099	-	-	162.441
Baixa	(279.304)	-	(5.283)	-	-	-	(284.587)
Amortização	-	(3.478.525)	-	(4.081.149)	-	(16.041.763)	(23.601.437)
Saldo líquido de 31 de dezembro de 2022	101.416.474	24.569.404	4.065	12.521.052	-	63.096.742	201.607.737

A atividade da Companhia pressupõe o contínuo desenvolvimento de novos sistemas visando aumentar o leque de opções para os clientes atuais e novos potenciais, tendo em vista a crescente demanda de mercado por soluções informatizadas. Os valores contabilizados no intangível correspondem à parcela do custo de desenvolvimento, apurados com base em apontamento de horas dos colaboradores alocados nos projetos e demais gastos necessários para o desenvolvimento dos produtos. A amortização de cada produto é realizada a partir do momento em que o ativo estiver disponível para uso e conforme a vida útil estimada.

12.1 Teste de impairment

O Grupo efetuou avaliação da existência de indicadores de *impairment* para os ativos decorrentes de aquisições societárias com vida útil definida (software e carteira de clientes) e testou os ativos de vida útil indefinida (ágio).

(i) Software e carteira de clientes

A Administração avaliou e não identificou indicativos de *impairment* para ativos com vida útil definida.

(ii) Ágio

Os valores de ágio, apurados pela Grupo nas aquisições, estão sujeitos a avaliação de *impairment* (redução ao valor recuperável). A estimativa do valor recuperável baseou-se no conceito definido pelo CPC 01, como o valor presente de fluxos de caixa futuros esperados para os próximos 5 anos, mais o período de perpetuidade descontado a valor presente, por uma taxa, no caso o WACC.

Para o ágio por expectativa de rentabilidade futura não foi identificada a necessidade de ajustes de perda por redução do valor de recuperação na última avaliação anual, efetuada em 30 de novembro de 2022, baseado nas projeções e premissas de fluxo de caixa futuros.

Os valores atribuídos às principais premissas representam a avaliação de tendências futuras da Administração em setores relevantes e foram baseadas em dados históricos e fontes internas. As projeções do fluxo de caixa incluíram estimativas específicas para cinco anos e uma taxa de crescimento na perpetuidade após este período. A taxa de crescimento na perpetuidade foi determinada com base na estimativa da taxa anual composta de crescimento de longo prazo do LAJIDA (lucro antes dos juros / resultado financeiro, impostos, depreciação e amortização), a qual a Administração acredita estar consistente com a premissa que um participante de mercado utilizaria.

a. Projuris

As principais premissas utilizadas para estimar o valor recuperável estão definidas a seguir.

	Consolidado
	2022
Taxa de desconto	12,04%
Taxa de crescimento na perpetuidade	1,00%
Taxa de crescimento estimado para o Lajida (média 5 anos)	37,60%

O resultado do teste da unidade geradora de caixa, com ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), conforme demonstrado acima, evidencia que não há indicativos de perda por redução ao valor recuperável, ou seja, o fluxo de caixa descontado tem valor recuperável que ultrapassa o valor contábil com uma margem substancial, garantindo que não há riscos de desvalorização.

De acordo com as performances históricas, a Companhia já comprovou que consegue operar acima das premissas que estão sendo consideradas na estimativa de resultados futuros. Nesse sentido, não existem evidências da determinação corrente de valor recuperável ser inferior ao valor contábil.

O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil em aproximadamente R\$ 60.778.407.

13 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos tomados foram reconhecidos pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas transações, sendo demonstrados pelo custo amortizado. Os saldos devedores são revisados pelo regime de competência, sendo os impactos resultantes levados ao resultado utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os contratos de dívida contêm cláusulas de garantias.

	Natureza da operação	Juros % a.a.	Controladora		Consolidado	
			2022	2021	2022	2021
Banco Bradesco	Capital de giro	CDI + 3,39	-	20.000.000	-	20.000.000
FINEP	Financiamentos	URT-J	3.702.455	7.683.318	3.702.455	7.683.318
Banco Bradesco	Debêntures	CDI + 2,29	129.334.168	-	129.334.168	-
Banco do Brasil	Capital de Giro	CDI + 3,55	6.000.000	6.000.000	6.000.000	6.000.000
Outras operações	Parcelamentos		-	-	30.387	-
			139.036.623	33.683.318	139.067.010	33.683.318
Circulante			18.240.760	24.008.688	18.240.760	24.008.688
Não circulante			120.795.863	9.674.630	120.826.250	9.674.630

A movimentação dos empréstimos e financiamentos do período ocorreu da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo inicial	33.683.319	37.109.085	33.683.319	37.109.085
Captação	130.000.000	6.000.000	130.031.088	6.000.000
Custos de contratação amortizados	71.942	-	71.942	-
Juros incorridos	9.281.339	1.859.850	9.293.905	1.859.850
(-) Amortização	(23.805.913)	(9.283.248)	(23.805.913)	(9.283.248)
(-) Custos de contratação diferidos	(1.438.849)	-	(1.438.849)	-
(-) Juros pagos	(8.755.215)	(2.002.369)	(8.768.482)	(2.002.369)
Saldo final	139.036.623	33.683.318	139.067.010	33.683.318

Os montantes registrados no passivo circulante e não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Um ano (2023)	18.240.760	24.008.688	18.240.760	24.008.688
Dois anos (2024)	31.020.564	9.674.630	31.036.057	9.674.630

Três anos (2025)	32.645.563	-	32.653.673	-
Quatro anos (2026)	32.645.563	-	32.652.348	-
Cinco anos (2027)	24.484.173	-	24.484.172	-
	139.036.623	33.683.318	139.067.010	33.683.318

13.1 Empréstimos bancários

Foram fornecidas as seguintes garantias nas operações contratadas:

- (i) Empréstimo do Banco do Brasil, foram incluídos como avalistas à nota promissória do contrato, os três sócios do Grupo.
- (ii) Financiamentos FINEP: em 2021 foi oferecido em garantia, o imóvel da empresa Lagos Centrais Empreendimentos Imobiliários S.A. Em 2022 essa garantia foi substituída por uma apólice de seguro garantia, visto que o imóvel foi utilizado como garantia na captação das debêntures.

13.2 Debêntures

No dia 19 de setembro de 2022 a Softplan Planejamento e Sistemas S.A. aprovou sua primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, de 130.000 debêntures no montante total de R\$ 130.000.000,00 e valor nominal de R\$ 1.000,00.

Sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano-base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 (“Taxa DI”), acrescida, exponencialmente, de spread (sobretaxa) de 2,29% (dois inteiros e vinte e nove centésimos por cento) ao ano-base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis.

Os juros têm vencimento mensal, a contar de 19/10/2022. O saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 48 parcelas mensais e consecutivas, a contar de 19/10/2023, sendo o vencimento final programado para 19/09/2027.

Em garantia da operação contratada, foi oferecida fiança por parte da Softplan S/A e Ocean Holding S.A, em caráter irrevogável e irretroatável, como coobrigadas e devedoras solidárias. Adicionalmente, foi constituída cessão fiduciária de R\$ 4.000.000,00 a título de movimentação bancária a ser executada no Banco Bradesco, além de alienação fiduciária de imóveis constantes nas matrículas 114.692 e 114.694 do Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis de Santa Catarina, as quais pertencem à empresa Lagos Centrais Empreendimentos S.A..

As debêntures possuem cláusulas de vencimento antecipado (“covenants”), entre outras situações, normalmente aplicados a este tipo de operação, relacionadas a manutenção de atendimento de índices econômico-financeiros medidos anualmente, a contar de 31 de dezembro de 2022, com base nas demonstrações financeiras anuais da Softplan S/A. Foi contratado “Dívida Financeira Líquida / Ebitda <= 3,0”, onde dívida financeira líquida compreende: (a) o somatório, sem duplicação, da soma de empréstimos, mútuos ativos e passivos com partes relacionadas, financiamentos, linhas de crédito de qualquer instituição financeira ou no mercado de capitais que possuam valor utilizado em aberto,

incluindo contas a pagar por aquisições em que o vendedor financia parte da venda (*seller financing*) e saldo líquido de operações de derivativos; (b) subtração de caixa e equivalentes. Neste contexto, Ebitda compreende, em linha com a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, o lucro líquido, excluindo: (a) despesas e receitas financeiras, (b) receitas e despesas não recorrentes, incluindo despesas com projetos estratégicos com caráter extraordinário, (c) resultado não operacional, (d) participações minoritárias, (e) tributos e (f) amortizações e depreciações. Em caso de aquisições ou novos contratos adquiridos ao longo dos últimos 12 (doze) meses que não estejam integralmente consolidados nas demonstrações financeiras anuais, o cálculo do EBITDA será *pro forma* considerando os 12 (doze) meses integrais de operação de tal aquisição ou contrato.

Em 31 de dezembro de 2022 os *covenants* foram integralmente atendidos.

14 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Aluguéis a pagar	596.710	416.958	596.710	416.958
Assessoria jurídica	463.556	76.856	463.556	76.856
Benefícios a empregados	1.528.403	707.877	1.528.403	707.877
Comissões a pagar	1.979.900	958.504	1.979.900	958.504
Outros fornecedores a pagar	2.207.505	2.153.900	2.291.760	3.805.181
Periféricos e intangíveis	878.888	411.336	878.888	411.336
Seguros a pagar	1.279	630.951	1.279	630.951
Serviços de terceiros	3.621.627	2.508.240	3.621.627	2.508.240
Servidores e data center	1.207.108	784.370	1.207.108	784.370
	12.484.976	8.648.992	12.569.231	10.300.273

15 Obrigações e provisões trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Salários a pagar	9.469.695	8.001.637	9.473.695	8.371.590
Rescisões a pagar	160.870	123.096	160.870	123.095
INSS a recolher	1.998.009	1.594.263	2.008.600	2.026.697
FGTS a recolher	1.802.922	1.317.172	1.857.863	1.537.357
Gratificações trabalhistas a pagar	15.820.310	11.589.807	15.820.310	11.589.806
Provisões trabalhistas	22.659.881	16.897.511	22.688.696	18.554.415
Outras obrigações	28.533	10.009	28.533	9.441
	51.940.220	39.533.495	52.038.567	42.212.401

16 Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
ISS a recolher	978.714	606.425	978.820	708.032
PIS a recolher	261.791	173.731	261.891	176.580
COFINS a recolher	1.229.895	804.658	1.230.332	817.870
INSS s/ faturamento a recolher	2.386.605	1.503.449	2.386.605	1.503.449
Provisão imposto de renda	-	465.921	737.980	1.836.321
Provisão contribuição social	-	728.052	-	798.989
IRRF a recolher - (PF)	8.011.370	3.935.923	8.014.650	4.178.431
Impostos a pagar sucursal (i)	-	-	-	385.452
Impostos a recolher ajustes <i>cut-off</i> (ii)	2.211.714	1.701.206	2.211.714	1.701.206
Parcelamentos de tributos	-	-	12.106	-
Outros impostos a recolher	153.776	144.179	323.280	322.509
	15.233.865	10.063.544	16.157.378	12.428.839

(i) ICA e IVA a recolher sucursal Colômbia.

(ii) IRPJ, CSLL, Pis a recolher, Cofins a recolher, CPRB e ISS a recolher relacionados aos impactos do ajuste da receita por competência (*cut-off*).

17 Obrigações por aquisição de investimentos

A Companhia tem obrigações por aquisição dos investimentos, negociadas com pagamento parcelado. São valores devidos aos acionistas anteriores das empresas adquiridas e podem se realizar mediante pagamento aos sócios, ou por retenção de garantias.

As obrigações estão registradas no passivo e no não circulante, conforme demonstrado:

	Controladora/Consolidado	
	2022	2021
Obrigações por aquisição de investimentos	69.790.532	99.064.693
	69.790.532	99.064.693
Circulante	40.763.522	20.000.000
Não circulante	29.027.010	79.064.693

As combinações de negócios realizadas pela Companhia possuem parcelas de contraprestações contingentes, vinculadas a eventos futuros. O montante está incluso no custo da transação reconhecido

na data de aquisição. A Companhia revisa as premissas contratadas ao menos anualmente, visando identificar se há probabilidade de ajuste nos montantes a pagar.

17.1 Projuris

	Consolidado	
	2022	2021
Parcelas fixas (i)	43.727.716	60.000.000
"Earn-Out" (ii)	26.062.816	39.064.693
	69.790.532	99.064.693

(i) Refere-se a aquisição de 100% da Projuris, cujo pagamento foi dividido em quatro parcelas fixas, totalizando, na data da aquisição, R\$ 105.000.000, atualizados pela CDI, sendo o pagamento de R\$ 45.000.000 ocorrido na assinatura do contrato e o valor residual foi dividido em 3 parcelas fixas de R\$ 20.000.000 a serem pagas respectivamente nos anos subsequentes à aquisição.

(ii) Além das parcelas fixas, há o pagamento de "Earn-out" (vide nota 4.1.1), estimados em até R\$ 44.945.732 sendo segmentado em cinco tranches, sendo quatro delas, no montante de R\$ 39.845.732, condicionadas à performance da empresa e margem EBITDA do fechamento de cada ano, considerando o período de três anos subsequentes à aquisição.

18 Provisão para contingência

A Companhia mantém provisões para contingências cíveis (reajustes contratuais) e trabalhistas (reclamatórias de verbas), cuja possibilidade de perda foi avaliada como de risco provável pelos assessores jurídicos internos e externos. A administração da Companhia prevê que a provisão para contingência constituída é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Ações trabalhistas	466.463	680.967	466.463	952.467
Ações administrativas (i)	13.385.952	11.317.064	13.385.952	11.317.064
	13.852.415	11.998.031	13.852.415	12.269.531

(i) Tratam-se processos em que auditoria do TJSP questiona alguns custos e precificação acerca de alguns contratos de prestação de serviço no período de 2014 a 2017. A Softplan ingressou com as ações administrativas, objetivando reverter entendimento administrativo do Tribunal de Justiça de São Paulo.

A movimentação dos processos ocorreu conforme demonstrado:

	Consolidado		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Processos atualizados / pagos	243.501	260.144	243.501	260.144
Processos baixados	(258.853)	(270.574)	(530.353)	(270.574)
Processos atualizados / novos	1.869.736	1.185.347	1.869.736	1.456.847
Saldo final	1.854.384	1.174.917	1.582.884	1.446.417

A Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis. Com base na avaliação dos consultores jurídicos, o montante de ações trabalhistas possíveis é de R\$ 15.000 em 2022 (R\$ 77.556 em 2021). Na esfera cível, o montante de ações possíveis são R\$ 20.306.370 (R\$ 16.213.278 em 2021).

19 Partes relacionadas

19.1 Remuneração da administração

Em 2022, foi pago a título de remuneração aos diretores da Companhia o montante de R\$ 4.152.236 (R\$ 4.208.328 em 2021).

19.2 Obrigações com partes relacionadas

	Consolidado	
	2022	2021
Mútuos sócios (i)	-	8.997.264
Lagos Centrais Empreendimentos S.A (ii)	-	6.535.797
Arco Construções e Incorporações Ltda (ii)	-	2.513.768
Passivo não circulante	-	18.046.829

(i) Sobre o valor dos Mútuos com sócios incidiram correção monetária correspondente à 0,97% (zero ponto noventa e sete por cento) ao mês desde a data de liberação até efetivo pagamento com prazo indeterminado.

(ii) Em dezembro de 2021, o Grupo assinou contratos de mútuos junto aos sócios PF das holdings controladoras da Softplan S/A, Empresa Lagos Centrais Empreendimentos S/A e Arco Construções e Incorporações Ltda. Sobre os mútuos, incidiram correção monetária correspondente à 0,76% (zero ponto setenta e seis por cento) ao mês, desde a data de liberação até efetivo pagamento.

Em janeiro de 2022 a Companhia liquidou em espécie as obrigações com partes relacionadas no montante total de R\$ 18.181.761, sendo R\$ 18.046.828 de principal e R\$ 134.933 de juros.

19.3 Dividendos a pagar

	Consolidado	
	2022	2021
Dividendos a pagar	3.434.554	-
	3.434.554	-

Os dividendos a pagar da controladora referem-se a valores destacados no ano de 2022 conforme estipulado em seu estatuto social.

20 Patrimônio líquido

O patrimônio líquido da Companhia é composto por recursos aportados pelos sócios, reservas resultantes de retenções de lucros e reservas que visam a manutenção do capital.

20.1 Capital social

Em 2021, a Companhia tinha capital social, totalmente subscrito e integralizado no valor total de R\$ 2.700.000, composto por 2.700.000 quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, em 2022 houve necessidade do aumento do capital social via AFAC conforme alteração contratual, no valor de R\$ 10.640.000. Assim, o capital social da Companhia é composto atualmente por 13.340.000 quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando R\$ 13.340.000.

Em 21 de julho de 2022 foi aprovada a transformação societária da Softplan em Sociedade Anônima Fechada, convertendo as quotas em ações ordinárias, sem valor nominal.

	2022		2021	
	Ações	%	Quotas	%
Softplan S.A.	13.340.000	100,00%	2.700.000	100,00%
Ações em circulação	13.340.000	100,00%	2.700.000	100,00%

20.2 Distribuição de lucros

O dividendo obrigatório anual é de 10% sobre o lucro líquido apurado após a constituição de reservas. Os acionistas fizeram jus ao recebimento, proporcionalmente à participação de cada um no capital social da Companhia.

Em 2021, conforme Assembleia Geral Extraordinária, a administração deliberou pela distribuição de dividendos adicionais na importância de R\$ 33.050.000.

Em 2022, a Assembleia Geral Extraordinária definiu por distribuir dividendos adicionais, no montante de R\$ 41.396.000, liquidados no próprio ano.

Em 2022 foi constituída provisão de dividendos mínimos obrigatórios de R\$ 3.434.554, conforme previsto no estatuto social da Companhia, a ser submetido à deliberação em Assembleia Geral Ordinária de 2023.

	Controladora	
	2022	2021
Lucro líquido	36.153.200	43.306.975
Reserva Legal (5%)	(1.807.660)	-
Lucro líquido ajustado após reservas	34.345.540	43.306.975
Dividendos mínimos obrigatórios (10%)	3.434.554	-

20.3 Reserva legal

A Companhia adota o percentual definido pelo Art. 193 Lei 6.404/1976 para constituição da Reserva Legal, resultante da aplicação da alíquota de 5% sobre o lucro auferido do exercício, após as compensações de prejuízos acumulados.

Limitada em 20% do capital social, atualmente o teto da reserva é R\$ 2.668.000. A movimentação da Reserva Legal ocorreu conforme demonstrado:

	Consolidado	
	2022	2021
Saldo inicial	-	-
Constituição de reservas	1.807.660	-
Saldo Final	1.807.660	-

21 Receita líquida de vendas

A Companhia adota premissas que permitam evidenciar com clareza a natureza, o valor, a época, a incerteza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contratos com clientes. As receitas reconhecidas no resultado do exercício representam a contraprestação pecuniária decorrente da transferência de serviços prometidos a clientes que estejam comprometidos em cumprir com suas respectivas obrigações.

	Consolidado		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receita com serviços prestados	426.960.183	333.820.850	473.257.021	343.489.234
Deduções da receita	(43.701.375)	(34.152.603)	(48.725.550)	(35.696.294)
Receita líquida de vendas	383.258.808	299.668.247	424.531.471	307.792.940

As deduções da receita são tributos indiretos sobre o faturamento, detalhados conforme segue:

	Consolidado		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
INSS	19.247.797	14.992.943	21.086.922	14.922.943
COFINS	12.853.266	9.983.400	14.079.223	9.983.400
ISS	8.800.485	6.846.900	9.615.969	6.846.900
PIS	2.784.859	2.163.102	3.050.482	2.163.102
IVA	-	-	877.986	1.543.691
Obrigações tributárias – outras	-	165.195	-	235.195
Contribuição municipal	14.968	1.063	14.968	1.063
Receita líquida de vendas	43.701.375	34.152.603	48.725.550	35.696.294

22 Custos dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Custos com pessoal	77.571.247	72.226.577	87.439.168	73.625.875
Serviços de terceiros	26.539.898	22.093.844	26.539.897	22.085.457
Depreciação e amortização	16.149.901	9.412.639	16.149.901	9.412.639
Servidores e Data Center	4.589.766	3.806.865	4.198.698	3.570.879
Demais custos	-	613	-	244.986
Custos com viagens	311.964	71.844	311.964	71.844
	125.162.776	107.612.382	134.639.628	109.011.680

23 Despesas com vendas

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Comissões sobre vendas	4.767.545	1.817.549	9.154.000	1.864.609
Serviços de terceiros	659.176	1.434.802	722.812	1.957.832
	5.426.721	3.252.351	9.876.812	3.822.441

24 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Despesas com pessoal	150.744.346	101.092.579	158.943.866	101.149.098
Serviços de terceiros	17.509.157	12.658.095	19.441.654	12.570.765
Despesas com instalações físicas	8.740.893	7.625.454	9.013.098	7.735.499
Licenças e certificações	10.420.307	6.200.204	13.550.357	6.200.204
Amortização intangíveis	1.502.554	-	5.982.897	-
Depreciação e amortização	5.546.640	4.865.121	6.225.133	4.865.121
Outras despesas administrativas	2.436.051	4.022.428	4.049.256	5.166.084
Despesas com TI e comunicação	3.894.567	1.705.499	5.482.383	1.724.287
Despesas com viagens	3.117.358	857.119	3.293.557	857.237
	203.911.873	139.026.499	225.982.201	140.268.295

25 Outras receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Outras receitas	471.638	35.838	563.302	35.838
Multas e indenizações recebidas	69.876	57.269	69.876	57.269
Receita de aluguéis	35.940	22.579	35.940	22.579
Lucro na alienação de bens	100	-	3.445	-
Recuperação de créditos incobráveis	975.148	-	975.148	-
	1.552.702	115.686	1.647.711	115.686

26 Outras despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Perda efetiva	1.327.789	2.334.270	1.327.789	2.334.270
Despesas tributárias	-	390.825	-	562.508
Cancelamentos extemporâneos	85.837	-	85.837	-
Despesas com aquisição de empresas	1.458.559	-	1.458.559	-
Baixa de imobilizado e investimento	2.775	4.131	2.775	4.131
	2.874.960	2.729.226	2.874.960	2.900.909

27 Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicação financeira	5.885.090	1.375.117	5.957.112	1.377.790
Rendimentos de poupança	928.990	264.549	928.990	264.549
Juros ativos	388.232	356.174	402.442	356.174
Juros sobre precatórios	758.281	-	758.281	-
Outras receitas financeiras	164.198	87.582	174.271	88.409
	8.124.791	2.083.422	8.221.096	2.086.922
Despesas financeiras				
Juros s/ financiamentos	9.281.339	1.859.850	9.317.039	1.859.850
Juros s/ aquisição de controladas	10.453.482	-	10.453.482	-
Juros passivos	30.090	10.589	51.248	11.651
Seguro garantia	622.815	353.220	622.815	353.220

Despesas financeiras e tarifas bancárias	308.114	172.229	340.513	175.881
IOF	354.949	201.361	370.113	201.361
Variações cambiais passivas	-	37.510	-	38.875
Descontos concedidos	10.779	13.507	72.212	13.507
Multas	36.559	1.448	38.514	1.011
Variações monetárias passivas	14.132	-	16.612	-
Correção monetária de processos judiciais	1.389.864	-	1.389.864	-
	22.502.123	2.649.714	22.672.412	2.655.356
Resultado financeiro líquido	(14.377.332)	(566.292)	(14.451.316)	(568.434)

28 Imposto de renda e contribuição social

28.1 Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro antes dos impostos	34.815.812	50.527.379	37.830.905	51.997.575
Alíquota básica	34%	34%	34%	34%
Despesa calculada pelas alíquotas fiscais	(11.837.376)	(17.179.309)	(12.862.508)	(17.679.176)
(Adições) e exclusões permanentes				
Equivalência patrimonial	1.798.173	1.111.626	-	-
Incentivos fiscais	12.813.422	8.559.409	12.813.422	8.559.409
Efeito de controladas com alíquotas diferenciadas	(717.723)	(1.436.905)	(717.723)	(1.436.905)
Outros	(719.108)	1.724.775	(1.073.196)	1.866.072
Despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social	1.337.388	(7.220.404)	(1.840.005)	(8.690.600)
Imposto de renda e contribuição social correntes	140.744	(9.534.650)	(3.195.191)	(11.004.846)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.196.644	2.314.246	1.355.186	2.314.246
Taxa efetiva	-3,84%	14,29%	4,86%	16,71%

28.2 Composição dos tributos diferidos

A Companhia possui créditos tributários decorrentes das adições e exclusões temporárias. As bases de cálculo dos impostos diferidos estão demonstradas a seguir:

	Controladora	Consolidado
--	--------------	-------------

	2022	2021	2022	2021
Benefícios de empregados	5.537.503	4.286.709	5.537.503	4.286.709
Receita diferida	(6.178.073)	(5.120.213)	(6.178.073)	(5.120.213)
Processos trabalhistas e cíveis	4.711.789	4.079.332	4.711.789	4.667.072
Outras provisões temporárias	3.198.588	2.081.054	3.198.588	2.081.054
Imposto de renda e contribuição social diferido ativo líquido	7.269.807	5.326.882	7.269.807	5.914.622

A Companhia e suas controladas estão apresentando o imposto de renda e contribuição social diferidos de forma líquida no ativo não circulante ou passivo não circulante por entidade jurídica.

29 Benefícios fiscais

A Companhia detém benefícios fiscais concedidos pelo governo Federal, em função da atividade de serviços de Tecnologia da Informação (TI) através da Lei do Bem.

29.1 Lei do bem

Benefício baseado na Lei n.º Lei 11.196, de 21 de novembro de 2005, conhecida como Lei do Bem, referente a incentivos fiscais que as pessoas jurídicas podem usufruir de forma automática e abater diretamente da base do Imposto de Renda, desde que realizem pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica e submeta relatório anual para validação anual do MCTI. Em 2022 o Grupo investiu em projetos de inovação, pesquisa e desenvolvimento um total de R\$ 48.583.529 e em 2021 R\$ 31.468.415. O benefício gerado é de, aproximadamente, 60% do montante investido.

30 Eventos subsequentes

30.1 Aquisição eCustos

A Companhia, em janeiro de 2023, adquiriu a 150.000 quotas da sociedade eCustos Software Ltda., representativas de 60% das quotas de emissão da adquirida na data de fechamento. Os vendedores outorgaram, na data de fechamento, à compradora, de maneira irrevogável e irretratável, 2 opções de compra que, se exercidas forem, a exclusivo critério da compradora, a tornará titular da totalidade das ações de emissão da adquirida.

A eCustos está instalada no município de Lins, Estado de São Paulo, tendo como atividades a prestação de serviços de informação, reprodução de software em qualquer suporte, comércio varejista de livros, provedores de acesso às redes de comunicações, desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis, suporte técnico e manutenção em tecnologia da informação, tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet e treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial. O valor da aquisição foi de R\$ 2.000.000.

30.2 Aquisição Justto

A Companhia adquiriu, em janeiro de 2023, a totalidade das quotas da sociedade Justto Inovações Tecnológicas para Resolução de Conflitos S.A. A Justto está instalada no município de São Paulo, Estado de

São Paulo, tendo como atividades o desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis, desenvolvimento de programas de computador sob encomenda, tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet, holdings de instituições não financeiras e atividades auxiliares da justiça. O valor da aquisição foi de R\$ 5.000.000.

30.3 Aquisição Prevision

Em março de 2023 a Softplan Planejamento e Sistemas S.A. assinou contrato de intenção de compra e venda da totalidade das quotas da sociedade Prevision Soluções Tecnológicas Ltda, representativas de 100% das quotas de emissão da adquirida na data de fechamento. Previsão de fechamento da transação é 15 de abril de 2023.

A Prevision está sediada na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, tendo como atividades o desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis, desenvolvimento de programas de computador sob encomenda, web design, desenvolvimento de programas de computador customizáveis, consultoria em tecnologia da informação, suporte técnico, manutenção e outros serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet, portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet, atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica, promoção de vendas, outras atividades de publicidade, atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários, serviços combinados de escritório e apoio administrativo, serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas e treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial. O valor de aquisição foi de R\$ 51.000.000.

30.4 Captação de financiamento FINEP

Em 24 de fevereiro de 2023 foi assinado contrato de financiamento com a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP e a Softplan Planejamento e Sistemas S.A., objetivando custear, parcialmente, despesas incorridas na elaboração e execução do Plano Estratégico de Inovação da Softplan. Foi captado R\$ 43.357.035 (líquido da contrapartida), o qual será liberado em tranches. O saldo contratado será atualizado, *pro rata temporis*, com juros compensatórios compostos de TJLP reduzidos por equalização em 3,6%, acrescidos de 4,0% ao ano a título de *spread*. O principal da dívida decorrente desta captação será pago à FINEP em 85 parcelas mensais e sucessivas, após 36 meses de carência. Os juros remuneratórios serão amortizados mensalmente no período de carência.

30.5 Coisa julgada em matéria tributária

A Softplan, junto a seus assessores tributários externos, avaliou os impactos decorrentes do julgamento RE 955227 (Tema 885) e RE 949297 (Tema 881) ocorridos no Supremo Tribunal Federal, no sentido da perda dos efeitos de decisões transitadas em julgado.


Não foram identificados impactos decorrentes da referida decisão, sobre as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022, que devam ser registrados e/ou divulgados sob a perspectiva do CPC 24 – Eventos Subsequentes, e CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

31 Transações que não afetaram o caixa

Os saldos que não impactaram caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão abaixo apresentados e são oriundos da incorporação da Projuris realizada no exercício, conforme [nota 4.2](#):

	Controladora
	2022
Contas a receber	5.611.474
Impostos a recuperar	1.346.851
Outros créditos	446.139
Investimentos	315.644
Imobilizado	1.805.534
Intangível	93.330
Fornecedores	(1.573.240)
Obrigações trabalhistas	(4.096.621)
Obrigações tributárias	(1.835.243)
Outras obrigações	(1.499.326)
Total de transações não caixa	614.542

softplan



Conhecimento
e tecnologia que
transformam.